

CURSO DE DIRITO PENAL – PARTE GERAL V. 1 – ROGÉRIO GRECO

Sumário

Capítulo 1 – Notas Preliminares

1. Introdução
2. Finalidade do direito penal
3. A seleção dos bens jurídico-penais
4. Códigos penais do Brasil
5. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo
6. Modelo penal garantista de Luigi Ferrajoli
- 6.1. Dez axiomas do garantismo penal
7. Privatização do direito penal

Capítulo 2 – Fontes do Direito Penal

1. Conceito
2. Espécies

Capítulo 3 – Da norma penal

1. Introdução
2. Teoria de *Binding*
3. Classificação das normas penais
- 3.1. Normas penais incriminadoras e normas penais não incriminadoras
- 3.2. Normas penais em branco (primariamente remetidas)
- 3.2.1. O fensa ao princípio da legalidade pelas normas penais em branco heterogêneas
- 3.3. Normas penais incompletas ou imperfeitas (secundariamente remetidas)
4. Anomia e antinomia
5. Concurso (ou conflito) aparente de normas penais
- 5.1. Princípio da especialidade
- 5.2. Princípio da subsidiariedade
- 5.3. Princípio da consunção
- 5.3.1. Crime progressivo e progressão criminosa
- 5.4. Princípio da alternatividade

Capítulo 4 – Interpretação e Integração da Lei Penal

1. Introdução
2. Espécies de interpretação
3. Interpretação analógica
4. Interpretação conforme a constituição
5. Dúvidas em matéria de interpretação
6. Analogia
- 6.1. Juiz como legislador positivo e como legislador negativo

Capítulo 5 – Princípio da Intervenção Mínima

Capítulo 6 – Princípio da Lesividade

Capítulo 7 – Princípio da Adequação Social

Capítulo 8 – Princípio da Fragmentariedade

Capítulo 9 – Princípio da Insignificância

1. Introdução

2. Tipicidade penal
3. Rejeição ao princípio da insignificância

Capítulo 10 – Princípio da Individualização da Pena

1. Fases da individualização da pena
2. Individualização da pena e a Lei no 8.072/90

Capítulo 11 – Princípio da Proporcionalidade

1. Introdução
2. Proibição de excesso e proibição de proteção deficiente

Capítulo 12 – Princípio da Responsabilidade Pessoal

Capítulo 13 – Princípio da Limitação das Penas

1. Introdução
2. Penas de morte e de caráter perpétuo
3. Pena de trabalhos forçados
4. Pena de banimento
5. Penas cruéis

Capítulo 14 – Princípio da Culpabilidade

Capítulo 15 – Princípio da Legalidade

1. O estado de direito e o princípio da legalidade
2. Introdução ao princípio da legalidade penal
3. Funções do princípio da legalidade
4. Legalidade formal e legalidade material
5. Vigência e validade da lei
6. Termo inicial de aplicação da lei penal
7. Medidas provisórias regulando matérias penais
8. Diferença entre princípio da legalidade e princípio da reserva legal

Capítulo 16 – Princípio da Extra-Atividade da Lei Penal

1. Introdução
2. Tempo do crime
3. Extra-atividade da lei penal – Espécies
4. *Novatio legis in melius e novatio legis in pejus*
- 4.1. Aplicação da *novatio legis in pejus* nos crimes permanentes e continuados
5. *Abolitio criminis*
- 5.1. Efeitos da *abolitio criminis*
- 5.2. *Abolitio criminis temporalis*
- 5.3. Princípio da continuidade normativo-típica
6. Sucessão de leis no tempo
- 6.1. Lei intermediária
- 6.2. Sucessão de leis temporárias ou excepcionais
7. Combinação de leis
8. Competência para aplicação da *lex mitior*
9. Apuração da maior benignidade da lei
10. Irretroatividade da *lex gravior* e medidas de segurança
11. Aplicação da *lex mitior* durante o período de *vacatio legis*
12. *Vacatio legis* indireta
13. A retroatividade da jurisprudência

Capítulo 17 – Princípio da Territorialidade

1. Lugar do crime
2. Territorialidade

Capítulo 18 – Princípio da Extraterritorialidade

Capítulo 19 – Disposições Sobre a Aplicação da Lei Penal

1. Eficácia da sentença estrangeira
2. Contagem de prazo
3. Frações não computáveis na pena
4. Legislação especial

Capítulo 20 – Conceito e Evolução da Teoria do Crime

1. Noções fundamentais
2. Infração penal
3. Diferença entre crime e contravenção
4. Ilícito penal e ilícito civil
5. Conceito de crime
6. Conceito analítico de crime
7. Conceito de crime adotado por Damásio, Dotti, Mirabete e Delmanto

Capítulo 21 – Conduta

1. Conduta
2. Conceito de ação – Causal, final e social
3. Condutas dolosas e culposas
4. Condutas comissivas e omissivas
5. Ausência de conduta
6. Fases de realização da ação

Capítulo 22 – Tipo Penal

1. Conceito
2. Tipicidade penal = tipicidade formal + tipicidade conglobante
3. Adequação típica
4. Fases da evolução do tipo
5. Teoria dos elementos negativos do tipo
6. Injusto penal (injusto típico)
7. Tipo básico e tipos derivados
8. Tipos normais e tipos anormais
9. Tipos fechados e tipos abertos
10. Tipos congruentes e tipos incongruentes
11. Tipo simples e tipo misto
12. Tipo complexo
13. Elementares
14. Elementos que integram o tipo
15. Elementos específicos dos tipos penais
16. Funções do tipo

Capítulo 23 – Tipo Doloso

1. Dispositivo legal
2. Conceito de dolo
3. O dolo no código penal
4. Teorias do dolo
5. Teorias adotadas pelo Código Penal
6. Espécies de dolo

7. Dolo geral (hipótese de erro sucessivo)
8. Dolo genérico e dolo específico
9. Dolo normativo (*dolus malus*)
10. Dolo subsequente (*dolus subsequens*)
11. Ausência de dolo em virtude de erro de tipo
12. Dolo e crime de perigo

Capítulo 24 – Tipo Culposo

1. Dispositivo legal
2. Conceito e elementos do delito culposo
3. Imprudência, imperícia e negligência
4. Crime culposo e tipo aberto
5. Culpa consciente e culpa inconsciente
6. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual
7. Culpa imprópria
8. Compensação e concorrência de culpas
9. Excepcionalidade do crime culposo
10. Culpa presumida
11. Tentativa nos delitos culposos

Capítulo 25 – Relação de Causalidade

1. Dispositivo legal
2. Relação de causalidade
3. Do resultado de que trata o *caput* do art. 13 do Código Penal
4. Teorias sobre a relação de causalidade
5. Regressão em busca das causas do resultado
6. Processo hipotético de eliminação de Thyrén
7. Ocorrência do resultado
8. Espécies de causas
- 8.1. Causa absolutamente independente
- 8.2. Causa relativamente independente
9. Omissão como causa do resultado
10. Crimes omissivos próprios e impróprios
11. Relevância da omissão
12. A posição de garantidor
13. Crimes omissivos por comissão
14. Teoria da imputação objetiva

Capítulo 26 – Consumação e Tentativa

1. Dispositivo legal
2. *Iter criminis*
3. Consumação
4. Não punibilidade da cogitação e dos atos preparatórios
5. Diferença entre atos preparatórios e atos de execução
6. Dúvida se o ato é preparatório ou de execução
7. Tentativa e adequação típica de subordinação mediata
8. Elementos que caracterizam o crime tentado
9. Tentativa perfeita e imperfeita
10. Tentativa e contravenção penal
11. Crimes que não admitem a tentativa
12. Tentativa e crime complexo
13. Tentativa branca
14. Teorias sobre a punibilidade do crime tentado
15. Punição da tentativa como delito autônomo

16. Tentativa e aplicação da pena
17. Tentativa e dolo eventual

Capítulo 27 – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz

1. Dispositivo legal
2. Desistência voluntária
 - 2.1. Introdução
 - 2.2. Desistência voluntária e política criminal
 - 2.3. A desistência deve ser voluntária, e não espontânea
 - 2.4. Fórmula de Frank
 - 2.5. Responsabilidade do agente somente pelos atos já praticados
 - 2.6. Agente que possui um único projétil em seu revólver
3. Arrependimento eficaz
4. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz
5. Diferença entre desistência voluntária e arrependimento eficaz
6. Não impedimento da produção do resultado

Capítulo 28 – Arrependimento Posterior

1. Dispositivo legal
2. Natureza jurídica
3. Política criminal
4. Momentos para a reparação do dano ou restituição da coisa
5. Infrações penais que possibilitam a aplicação do arrependimento posterior
6. Ato voluntário do agente
7. Reparação ou restituição total, e não parcial
8. Extensão da redução aos coautores
9. Cooperação dolosamente distinta e arrependimento posterior
10. Diferença entre arrependimento posterior e arrependimento eficaz
11. A Súmula nº 554 do STF
12. Reparação do dano após o recebimento da denúncia
13. Reparação dos danos e a Lei no 9.099/95
14. Arrependimento posterior e crime culposos

Capítulo 29 – Crime Impossível

1. Dispositivo legal
2. Introdução
3. Teorias sobre o crime impossível
4. Absoluta ineficácia do meio
5. Meio relativamente ineficaz
6. Absoluta impropriedade do objeto
7. Objeto relativamente impróprio
8. O crime impossível e a Súmula no 145 do STF
9. Diferença entre crime impossível e crime putativo

Capítulo 30 – Agravamento pelo Resultado

1. Dispositivo legal
2. Inovação das disposições contidas no art. 19 do Código Penal
3. Crimes qualificados pelo resultado
4. Finalidade do art. 19 do Código Penal
5. Crítica aos crimes preterdolosos

Capítulo 31 – Erro de tipo

1. Dispositivo legal
2. Conceito de erro e sua distinção da ignorância

3. Erro de tipo
4. Consequências do erro de tipo
5. Erro de tipo essencial e erro acidental
6. Discriminantes putativas
- 6.1. Efeitos das discriminantes putativas
- 6.2. Hipóteses de erro nas discriminantes putativas
7. As discriminantes putativas e as teorias extremada (estrita) e limitada da culpabilidade
8. Teoria da culpabilidade que remete às consequências jurídicas

Capítulo 32 – Ilicitude

1. Conceito
2. Ilicitude formal e material
3. A ilicitude no conceito analítico de crime
4. Causas de exclusão da ilicitude
5. Elementos objetivos e subjetivos nas causas de exclusão da ilicitude
6. Causas legais de exclusão da ilicitude
7. Estado de necessidade
- 7.1. Conceito – elementos
- 7.2. Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante
- 7.3. Prática de fato para salvar de perigo atual
- 7.4. Perigo provocado pelo agente
- 7.5. Evitabilidade do dano
- 7.6. Estado de necessidade próprio e de terceiros
- 7.7. Razoabilidade do sacrifício do bem
- 7.8. Dever legal de enfrentar o perigo
- 7.9. Estado de necessidade defensivo e agressivo
- 7.10. Elemento subjetivo no estado de necessidade
- 7.11. Excesso no estado de necessidade
- 7.12. *Aberratio* e estado de necessidade
- 7.13. Estado de necessidade putativo
- 7.14. Estado de necessidade e dificuldades econômicas
- 7.15. Efeitos civis do estado de necessidade
8. Legítima defesa
- 8.1. Conceito e finalidade
- 8.2. Bens amparados pela legítima defesa
- 8.3. Espécies de legítima defesa
- 8.4. Injusta agressão
- 8.5. Diferença entre agressão injusta e provocação injusta
- 8.5.1. Provocação para criação de situação de legítima defesa
- 8.6. Meios necessários
- 8.7. Moderação no uso dos meios necessários
- 8.8. Atualidade e iminência da agressão
- 8.9. Defesa de direito próprio ou de terceiro
- 8.10. Elemento subjetivo na legítima defesa
- 8.11. Legítima defesa e agressão de inimputáveis
- 8.12. Legítima defesa recíproca
- 8.13. Legítima defesa putativa *versus* legítima defesa autêntica (real)
- 8.14. Legítima defesa *versus* estado de necessidade
- 8.15. Excesso na legítima defesa
- 8.16. Excesso intensivo e extensivo
- 8.17. Excesso na causa
- 8.18. Excesso exculpante
- 8.19. Legítima defesa sucessiva
- 8.20. Legítima defesa e *aberratio ictus*

- 8.21. O fendículos
- 8.22. Efeitos civis da legítima defesa
- 9. Estrito cumprimento de dever legal
- 9.1. Conceito e requisitos
- 9.2. O esvaziamento do estrito cumprimento de dever legal como causa de exclusão da ilicitude em face da tipicidade conglobante
- 10. Exercício regular de direito
- 11. Consentimento do ofendido – conceito, finalidades e requisitos

Capítulo 33 – Culpabilidade

- 1. Conceito
- 2. Livre-arbítrio e determinismo
- 3. Evolução histórica da culpabilidade na teoria do delito
 - 3.1. Sistema causal-naturalista de Liszt-Beling
 - 3.2. Teoria normativa – Sistema neoclássico – Metodologia neokantista
 - 3.3. Teoria da ação final
 - 3.4. Teoria social da ação
 - 3.5. Funcionalismo
- 4. Culpabilidade de ato e culpabilidade de autor
- 5. Elementos da culpabilidade na concepção finalista
 - 5.1. Imputabilidade (capacidade de culpabilidade)
 - 5.1.1. Denúncia oferecida em face de um inimputável e de um semi-imputável
 - 5.1.2. Emoção e paixão
 - 5.1.3. Embriaguez
 - 5.2. Potencial consciência sobre a ilicitude do fato
 - 5.2.1. Introdução
 - 5.2.2. Diferença entre o desconhecimento da lei e a falta de consciência sobre a ilicitude do fato
 - 5.2.3. Consciência real e consciência potencial sobre a ilicitude do fato
 - 5.2.4. Espécies de erro sobre a ilicitude do fato
 - 5.2.5. Erro sobre elementos normativos do tipo
 - 5.2.6. Consequências do erro de proibição
 - 5.2.7. Erro de proibição e delito putativo – Diferença
 - 5.3. Exigibilidade de conduta diversa
 - 5.3.1. Conceito
 - 5.3.2. Causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de outra conduta
 - 5.3.3. Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade
 - 5.3.3.1. O bjeção de consciência
 - 5.3.4. Aplicação, no júri, das causas exculpantes supralegais
- 6. Cculpabilidade

Capítulo 34 – Concurso de Pessoas

- 1. Introdução
- 2. Requisitos para o concurso de pessoas
- 3. Teorias sobre o concurso de pessoas
- 4. Autoria
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Conceito restritivo de autor
 - 4.3. Conceito extensivo de autor
 - 4.4. Teoria do domínio do fato
 - 4.5. Coautoria
 - 4.6. Autoria direta e indireta
 - 4.7. Autoria mediata e crimes de mão própria
 - 4.8. Coautoria e crimes de mão própria
 - 4.9. Autor intelectual

- 4.10. Autor de determinação
- 4.11. Autoria por convicção
- 4.12. Coautoria sucessiva
- 4.13. Autoria colateral, autoria incerta e autoria desconhecida
- 4.14. Autoria de escritório
- 5. Participação
 - 5.1. Introdução
 - 5.2. Cumplicidade necessária
 - 5.3. Teorias sobre a participação
 - 5.4. Instigação a autores e a fatos determinados
 - 5.5. Participação punível – desistência voluntária e arrependimento eficaz do autor
 - 5.6. Arrependimento do partícipe
 - 5.7. Tentativa de participação
 - 5.8. Participação em cadeia (participação de participação)
 - 5.9. Participação sucessiva
 - 5.10. Possibilidade de participação após a consumação
 - 5.11. Participação por omissão
 - 5.12. Impunibilidade da participação
 - 5.13. Participação de menor importância
 - 5.14. Participação em crime menos grave (desvio subjetivo de conduta)
 - 5.15. Cumplicidade e favorecimento real
- 6. Punibilidade no concurso de pessoas
- 7. Circunstâncias incomunicáveis
- 8. Crimes multitudinários
- 9. Concurso de pessoas em crimes omissivos
 - 9.1. Crimes omissivos próprios e impróprios – Distinção
 - 9.1.1. Coautoria em crimes omissivos (próprios e impróprios)
 - 9.1.2. Participação em crimes omissivos (próprios e impróprios)
- 10. Concurso de pessoas em crimes culposos
 - 10.1. Introdução
 - 10.2. Coautoria em delitos culposos
 - 10.3. Participação em crimes culposos

Capítulo 35 – Das Penas

- 1. Introdução
- 2. Origem das penas
- 3. Finalidades das penas – Teorias absolutas e relativas
- 4. Teoria adotada pelo art. 59 do Código Penal
- 5. Críticas aos critérios de prevenção geral e especial
- 6. Sistemas prisionais
- 7. Espécies de penas
- 8. Penas privativas de liberdade
 - 8.1. Reclusão e detenção
 - 8.2. Regimes de cumprimento de pena
 - 8.3. Fixação legal do regime inicial de cumprimento de pena
 - 8.4. A Lei no 8.072/90 e a imposição do cumprimento inicial da pena em regime fechado nos crimes nela previstos
 - 8.5. Lei de tortura e regime inicial de cumprimento de pena
 - 8.6. Impossibilidade de cumprimento de pena em regime mais gravoso do que o determinado na sentença penal condenatória
 - 8.7. Regras do regime fechado
 - 8.7.1. Estabelecimento penal federal de segurança máxima
 - 8.8. Regras do regime semiaberto
 - 8.9. Regras do regime aberto

- 8.10. A remição pelo estudo nos regimes semiaberto e aberto
- 8.11. Progressão e regressão de regime
- 8.12. Regime especial
- 8.13. Direitos do preso
 - 8.13.1. Gestantes e mães presas
- 8.14. Trabalho do preso e remição da pena
- 8.15. Remição pelo estudo
- 8.16. Superveniência de doença mental
- 8.17. Detração
- 8.18. Prisão especial
- 8.19. Prisão-albergue domiciliar
- 8.20. Uso de algemas
- 8.21. Monitoramento eletrônico
- 9. Penas restritivas de direitos
 - 9.1. Introdução
 - 9.1.1. Possibilidade de aplicação de penas restritivas de direitos no delito de tráfico de drogas
 - 9.2. Espécies de penas restritivas de direitos
 - 9.3. Requisitos para a substituição
 - 9.4. Duração das penas restritivas de direitos
 - 9.5. Prestação pecuniária
 - 9.5.1. Violência doméstica e familiar contra a mulher
 - 9.6. Perda de bens e valores
 - 9.7. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas
 - 9.8. Interdição temporária de direitos
 - 9.8.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo
 - 9.8.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do Poder Público
 - 9.8.3. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo
 - 9.8.4. Proibição de frequentar determinados lugares
 - 9.8.5. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos
 - 9.9. Limitação de fim de semana
 - 9.10. Conversão das penas restritivas de direitos.
- 10. Pena de multa
 - 10.1. Introdução
 - 10.2. Sistema de dias-multa
 - 10.2.1. Pena de multa na Lei no 11.343/2006
 - 10.3. Aplicação da pena de multa
 - 10.4. Pagamento da pena de multa
 - 10.5. Execução da pena de multa
 - 10.6. Competência para a execução da pena de multa
- 11. Aplicação da pena
 - 11.1. Introdução
 - 11.2. Cálculo da pena
 - 11.3. Circunstâncias judiciais
 - 11.3.1. Culpabilidade
 - 11.3.2. Antecedentes
 - 11.3.3. Conduta social
 - 11.3.4. Personalidade do agente
 - 11.3.5. Motivos
 - 11.3.6. Circunstâncias
 - 11.3.7. Consequências do crime
 - 11.3.8. Comportamento da vítima
 - 11.4. Circunstâncias atenuantes e agravantes
 - 11.4.1. Circunstâncias agravantes

- 11.4.2. Circunstâncias atenuantes
- 11.4.3. Circunstâncias atenuantes inominadas
- 11.4.4. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes
- 11.4.5. Tribunal do júri

Capítulo 36 – Concurso de Crimes

- 1. Introdução
- 2. Concurso material ou real de crimes
 - 2.1. Introdução
 - 2.2. Requisitos e consequências do concurso material ou real
 - 2.3. Concurso material homogêneo e heterogêneo
 - 2.4. Concurso material e penas restritivas de direitos
- 3. Concurso formal ou ideal de crimes
 - 3.1. Introdução
 - 3.2. Requisitos e consequências do concurso formal ou ideal
 - 3.3. Concurso formal homogêneo e heterogêneo
 - 3.4. Concurso formal próprio (perfeito) e impróprio (imperfeito)
 - 3.5. Concurso material benéfico
 - 3.6. Dosagem da pena
- 4. Crime continuado
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Natureza jurídica do crime continuado
 - 4.3. Requisitos e consequências do crime continuado
 - 4.3.1. Crimes da mesma espécie
 - 4.3.2. Condições de tempo, lugar, maneira de execução ou outras semelhantes
 - 4.3.3. Os crimes subseqüentes devem ser havidos como continuação do primeiro
 - 4.4. Crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa
 - 4.5. Crime continuado simples e crime continuado qualificado
 - 4.6. Consequências do crime continuado
 - 4.7. Concurso material benéfico
 - 4.8. Dosagem da pena no crime continuado
 - 4.9. Crime continuado e *novatio legis in pejus*
- 5. Aplicação da pena no concurso de crimes
- 6. Multa no concurso de crimes

Capítulo 37 – Dos crimes aberrantes

- 1. Introdução
- 2. Erro na execução (*aberratio ictus*)
 - 2.1. *Aberratio ictus* e dolo eventual
- 3. Resultado diverso do pretendido (*aberratio criminis* ou *aberratio delicti*)
- 4. Concurso material benéfico nas hipóteses de *aberratio ictus* e *aberratio criminis*
- 5. *Aberratio causae*

Capítulo 38 – Limite das penas

- 1. Introdução
- 2. Limite das penas
- 3. Tempo sobre o qual deverão ser procedidos os cálculos para a concessão dos “benefícios” legais
- 4. Condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena

Capítulo 39 – Suspensão condicional da pena

- 1. Introdução
- 2. Direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz?
- 3. Aplicação do *sursis*
- 4. Requisitos para a suspensão condicional da pena

5. Espécies de *sursis*
6. Revogação obrigatória
7. Revogação facultativa
8. Prorrogação automática do período de prova
9. Cumprimento das condições
10. Diferença entre o *sursis* e a suspensão condicional do processo

Capítulo 40 – Livramento condicional

1. Introdução
2. Requisitos do livramento condicional
3. Condições para o cumprimento do livramento
4. Procedimento do livramento condicional
5. Necessidade de ser ouvido o conselho penitenciário para a concessão do livramento
6. Revogação do livramento condicional
7. Extinção da pena
8. Livramento condicional e execução provisória da sentença

Capítulo 41 – Dos efeitos da condenação

1. Introdução
2. Efeitos genéricos da condenação
3. Efeitos específicos da condenação
4. Efeitos da condenação nos crimes contra a propriedade imaterial
5. Efeitos da condenação no delito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável
6. Efeitos da condenação na lei de tortura

Capítulo 42 – Da reabilitação

1. Introdução
2. Aplicabilidade
3. Requisitos e competência para a análise do pedido
4. Recurso do indeferimento do pedido de reabilitação
5. Revogação da reabilitação

Capítulo 43 – Medidas de segurança

1. Introdução
2. Espécies de medidas de segurança
3. Início do cumprimento da medida de segurança
4. Prazo de cumprimento da medida de segurança
5. Desinternação ou liberação condicional
6. Reinternação do agente
7. Medida de segurança substitutiva aplicada ao semi-imputável
8. Extinção da punibilidade e medida de segurança
9. Direitos do internado
10. Internação cautelar

Capítulo 44 – Ação penal

1. Introdução
2. Condições da ação
 - 2.1. Legitimidade das partes
 - 2.2. Interesse de agir
 - 2.3. Possibilidade jurídica do pedido
 - 2.4. Justa causa
3. Espécies de ação penal
 - 3.1. Ação penal de iniciativa pública

- 3.1.1. Ação penal de iniciativa pública incondicionada
- 3.1.2. Ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça
- 3.1.3. Princípios informadores da ação penal de iniciativa pública
- 3.2. Ação penal de iniciativa privada
 - 3.2.1. Privada propriamente dita
 - 3.2.2. Privada subsidiária da pública
 - 3.2.3. Privada personalíssima
 - 3.2.4. Princípios informadores da ação penal de iniciativa privada
- 4. Representação criminal ou requisição do ministro da justiça
- 5. Ação penal no crime complexo
- 6. Decadência do direito de queixa ou de representação, renúncia e perdão do ofendido

Capítulo 45 – Extinção da punibilidade

- 1. Introdução
- 2. Morte do agente
- 3. Anistia, graça e indulto
- 4. Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso
- 5. Prescrição, decadência e perempção
- 6. Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada
 - 6.1. Renúncia ao direito de queixa
 - 6.2. Perdão do ofendido
- 7. Retratação do agente nos casos em que a lei a admite
- 8. Perdão judicial, nos casos previstos em lei
 - 8.1. Perdão judicial no código de trânsito brasileiro
 - 8.2. Perdão judicial e a Lei no 9.807/99

Capítulo 46 – Prescrição

- 1. Introdução
- 2. Natureza jurídica da prescrição
- 3. Espécies de prescrição
- 4. Prescrição antes de transitar em julgado a sentença
- 5. Prescrição das penas restritivas de direitos
- 6. Prescrição depois de transitar em julgado a sentença penal condenatória
- 7. Momento para o reconhecimento da prescrição
- 8. Prescrição retroativa e superveniente (intercorrente ou subsequente)
- 9. Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final
- 10. Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível
- 11. Prescrição da multa
- 12. Redução dos prazos prescricionais
- 13. Causas suspensivas da prescrição
- 14. Causas interruptivas da prescrição
 - 14.1. Recebimento da denúncia ou da queixa
 - 14.1.1. Recebimento da denúncia ou queixa na nova legislação processual penal
 - 14.2. Pronúncia
 - 14.3. Decisão confirmatória da pronúncia
 - 14.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis
 - 14.5. Início ou continuação do cumprimento da pena
 - 14.6. Reincidência
 - 14.7. Efeitos da interrupção
- 15. Prescrição no concurso de crimes
- 16. Prescrição pela pena em perspectiva (ideal, hipotética ou pela pena virtual)
- 17. Prescrição e detração
- 18. Imprescritibilidade

Referências
Índice Remissivo